

PREFÁCIO

LARA BACELAR ALVES*

O livro que agora se publica é uma expressão de resistência. Resistência de uma Arqueologia que se imaginou que, um dia, voltaria a olhar as pessoas, liberta da primazia da construção de modelos assentes na classificação cronotipológica, conforme ao paradigma, centrada no objecto e encerrada no passado. Na década de 1990, num movimento impulsionado por uma maior liberdade criativa aberta pelo pós-processualismo, começaram a ser abordadas, nos círculos anglo-saxónicos, temáticas que atendiam ao tempo longo das dinâmicas socioculturais, ao simbólico e ao ritual há muito preteridos, à longa biografia de sítios arqueológicos e paisagens e, conseqüentemente, à memória e tradições orais, incitando diálogos entre passado e presente.

Foi nesta senda que muitos de nós revisitaram os escritos de Leite de Vasconcelos, Martins Sarmiento, Abade de Baçal, Taboada Chivite, López Cuevillas, Bouza-Brey, entre outros, em busca das histórias dos sítios e estórias sobre eles. Mas também em busca de uma leitura animada pelos relatos emotivos das descobertas e descrições detalhadas de paisagens e vivências hoje quase desaparecidas. Como muitas propostas epistemológicas forâneas, estas também tiveram um carácter transiente no espaço peninsular. Uma moda que serviu algum protagonismo e passou, sucumbindo ao peso do paradigma.

Foi prosseguindo esta ideia das possibilidades que podem ser abertas pela prática da Arqueologia para além da sua cristalização disciplinar modernista que Michael Shanks, no seu livro *The Archaeological Imagination*, de 2012, encontrou, no universo intelectual dos antiquários, inspiração para reflectir sobre formas alternativas de devolver a harmonia entre a história e as materialidades do passado. Isto porque os interesses dos antiquários não passavam apenas por recolher artefactos, mas, na sua prática, descreviam paisagens e comunidades, faziam incursões por disciplinas como a geografia humana, história natural, toponímia, genealogia e afins. Nesta obra Shanks exorta a que se olhe (e pratique) a Arqueologia através de uma valorização das tradições e da memória, sem as dissociar da inovação, contribuindo assim para ampliar e enriquecer a experiência humana, no seu todo, no presente e no futuro. Esta ideia remete para a conciliação do discurso científico com uma tentativa de restauração do ideário humanista nas Ciências Humanas e Sociais, como advogou Clifford Geertz no início da década de 1970. Shanks alerta, contudo, que isto implica um entendimento criativo da vida e, acrescento, implica também a preocupação de levar as histórias que contamos ao todo da nossa

* Investigadora. CEAACP/Universidade de Coimbra. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

sociedade pois, por mais que se apele à difusão para a comunidade, a linguagem de uma Arqueologia científica não é adequada aos interesses de todos.

Mas como é que, no seu percurso temporal, a Arqueologia peninsular se dissociou, mais e mais, das comunidades herdeiras dos sítios e paisagens objecto do nosso estudo, guardiãs das memórias retidas nesses lugares? Parte da resposta encontramos na incessante tentativa de legitimação da Arqueologia como ciência ao longo do século XX que explica a sua constante deriva para o seio das Ciências Naturais e Exactas, dando primazia ao exercício de contar, medir, analisar, dissecar o objecto. Outra parte encontramos na cisão entre mundo rural, onde jaz o objecto de estudo, e o mundo urbano, de onde usualmente provém o sujeito que estuda. Imbuído da formação e cultura científica, literária, intelectual distintiva dos ambientes cosmopolitas, o sujeito usufrui, no mundo rural, de um exército de informadores (na sua maioria, anónimos) que lhe permitem apropriar-se daqueles lugares para fins científicos. Arrancados aos seus, os sítios perdem as suas biografias telúricas e tradições orais associadas, transformando-se em ‘artefactos’ passivos e, assim, passíveis de serem exibidos em vitrinas de museus, reconfigurados, com novas legendas e cronologicamente delimitados num tempo pretérito.

Mas se foi sob influência de estudos de Antropologia Social, Antropologia da Paisagem e da Antropologia da Arte que, na década de 1990, a atenção dos arqueólogos, em particular dos estudiosos de arte rupestre, começou a incidir sobre a importância dos usos dos sítios no tempo longo, da memória e tradições orais, é de notar que praticamente nenhum desses estudos decorria de investigações levadas a cabo na Europa Ocidental. Encontrava-se inspiração em povos forâneos, noutros continentes. Para além de haver, nos meios académicos dos países mais industrializados, a percepção de que as tradições orais associadas a sítios arqueológicos eram já quase inexistentes, naqueles onde elas subsistiam, eram vistas como demasiado próximas, logo, isentas de exotismo, e as crenças populares tomadas como relatos fantasiosos de pessoas sem instrução.

Um dos primeiros estudos arqueológicos sobre a realidade peninsular decorrente dessa nova abordagem que instigava a valorização da memória e tradições orais como impulsionadoras de novas possibilidades teóricas na interpretação do passado foi publicamente apresentado em 1999 e dado à estampa em 2001 sob o título *Rock art and enchanted moors*. Centrando-se nos contextos portugueses, este ensaio procurou demonstrar que a arte rupestre, como prática — a inscrição de signos em rochas — prevaleceu até aos nossos dias associando-se a rituais comunitários e, como manifestação de uma topologia simbólica, mantinha um papel fundamental na construção e percepção da paisagem para as comunidades rurais. O significado desses lugares materializava-se na toponímia e nas lendas de mouras encantadas impregnadas nos penedos, constituindo hierofanias reminiscentes de um tempo ancestral em que o material e imaterial se fundiam nas formas da terra. Aquando da sua redacção, a Antropologia Social portuguesa pouco havia investido no estudo do mundo rural, incidido o seu interesse, à imagem

do que sucedia nos demais países europeus, sobre comunidades forâneas, enquanto as suas próprias sucumbiam à colonização paulatina do mundo urbano e cosmopolita. Como muitos dos autores deste livro reconhecem, de geração em geração, vemos extinguirem-se as práticas comunitárias nas quais eram transmitidos os saberes e histórias sobre os nomes dos lugares que materializavam essa relação ancestral à terra.

Alexandra Vieira promotora e guardiã, há mais de uma década, desta linha de investigação, tal como os autores que convidou para esta obra, resgatam esses saberes, dão-lhes novos sentidos, ensaiam metodologias de abordagem, definem espaços de acção e de interpretação do que quase podemos entender como matéria embrionária de uma nova disciplina — Arqueologia e Tradição Oral —, um lugar de encontro entre antropólogos, arqueólogos e comunidades locais. São prova de que há uma forma de estar em Arqueologia que valoriza a permuta de saberes com comunidades externas aos circuitos académicos e que são estes encontros, geradores de novas memórias, que permitem à Arqueologia percolar no tecido social. Como se assinala neste livro, é na empatia gerada na relação com as comunidades e na vinculação a um interesse comum que se abrem portas para uma verdadeira difusão e socialização do património cultural, material e imaterial.

